



PROJECTO DE PROGRAMA DE ACÇÃO

6ª CONFERÊNCIA SINDICAL DA ZONA OESTE

INTRODUÇÃO

A 6ª Conferência Sindical da Zona Oeste do Distrito de Lisboa, realiza-se num quadro profundamente marcado pelo agravamento e declínio da situação económica e social do nosso País, pelo aumento da dependência externa, pelo crescimento do défice e da dívida soberana e pelo aprofundamento do desequilíbrio da relação de forças entre o capital e o trabalho.

No País e na Região, são fortemente sentidas as graves consequências das medidas de austeridade decorrentes do Memorando de entendimento assinado com as TROIKAS, agravadas pelo Governo do PSD/CDS que têm vindo a ser impostas aos trabalhadores, ao povo e ao País, que provocam a destruição de pequenas e médias empresas, atiram centenas de milhares de trabalhadores para o desemprego, instituem o empobrecimento generalizado das famílias, registando-se na Região um forte impulso de pobreza.

O Orçamento de Estado para 2013, reflecte os interesses do capital, intensificado e ampliando o ataque do Governo PSD/Passos Coelho e CDS/Paulo Portas em todas as frentes. O Governo quer levar o mais longe possível a exploração dos trabalhadores e o empobrecimento do povo, através do aumento brutal dos impostos sobre os rendimentos do trabalho e das pensões, da liquidação de direitos e conquistas sociais, num autêntico ajuste de contas com o 25 de Abril.

No âmbito deste ataque o Governo quer transformar direitos sociais e serviços públicos em negócios lucrativos para os privados, estando em marcha uma reconfiguração do papel do Estado, que visa pôr em causa princípios universais e solidários do direito e acesso de todos à Educação, à Saúde e à Segurança Social, com o objectivo declarado de “Refundar o Estado”, ou seja, subverter as Funções Sociais do Estado, conquistas fundamentais dos trabalhadores e do povo português com a Revolução de Abril, preconizam-se novos e brutais cortes de 4,4 mil milhões de euros e, simultaneamente, o

despedimento de mais de 70 mil funcionários públicos e outros trabalhadores do Sector Público.

Ao empobrecimento e exploração, junta-se a intenção de privatizar as mais rentáveis empresas que o Estado mantém na sua posse. A alienação da participação na TAP, ANA, CTT, Águas de Portugal, RTP, ou entre outras na CP Carga, é negociada a preço de saldo e entregue ao grande capital estrangeiro, com a respectiva fuga dos centros de decisão do território nacional.

A adicionar a esta política de destruição do património público, o Governo e a maioria parlamentar que o sustenta PSD e CDS fizeram aprovar na Assembleia da República um verdadeiro atentado ao poder local democrático, por via da Lei que determina a extinção de Freguesias e através da qual a Região Oeste do Distrito de Lisboa é particularmente afectada com o desaparecimento de Freguesias de predominância rural, o que constitui, um rude golpe no equilíbrio e desenvolvimento da Região.

São aspectos essenciais da democracia e da soberania que estão a ser fortemente ameaçados. É hoje evidente que a aplicação do Memorando da TROIKA põe em causa e adia o crescimento e desenvolvimento do País, aumenta a dívida pública e elimina quaisquer possibilidades de Portugal sair da crise em que está mergulhado.

Neste contexto, de grande exigência o contributo dado pela União Sindical de Torres Vedras é significativo no quadro da intervenção e da luta da CGTP-IN no combate a estas políticas, na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, pela melhoria das condições de vida do povo, pelo desenvolvimento do País e da Região, pelo que, considera fundamental o reforço e intensificação da luta e acção sindical, a partir dos locais de trabalho, tendo em vista a mudança de política, a mudança de Governo e a criação de condições para uma política alternativa que assegure:

- O fim do “Memorando da TROIKA”, que agride o povo e o País, com a renegociação da dívida pública, a defesa da liberdade, da democracia e da soberania do nosso País;
- O prolongamento do prazo para a redução do défice, sujeitando e subjugando o seu equilíbrio ao crescimento económico;
- O aumento da produção nacional, condição essencial para criar emprego com direitos e reduzir a dependência externa;
- A defesa e reforço das Funções Sociais do Estado e a valorização dos Serviços Públicos;
- O fim imediato das privatizações, que delapidam o património público, prejudicam as famílias, as micro e pequenas empresas e o desenvolvimento no país, apenas e só para beneficiar os grandes accionistas;

- O aumento dos salários e pensões, para dinamizar a economia, pôr as empresas a vender mais e o Estado e a Segurança Social a terem melhores receitas para cumprir com as suas responsabilidades com todos aqueles que vivem e trabalham em Portugal;
- A revisão do salário mínimo, propondo o aumento de 1 euro por dia, pelo que o novo valor deverá ser fixado em 515 euros, com efeitos a Janeiro de 2013, devendo passar para 545 euros em Julho de 2013;
- A revisão das normas gravosas da Legislação Laboral dos sectores público e privado e a dinamização da contratação colectiva, assim como a publicação das portarias de extensão.

No quadro da sua própria acção e intervenção a União Sindical de Torres Vedras considera, como objectivos centrais desta 6ª Conferência, nomeadamente:

REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO SINDICAL/DINAMIZAR A ACÇÃO REIVINDICATIVA

Nesta linha, importa com particular destaque levar à prática as conclusões aprovadas no Encontro sobre Organização Sindical promovido pela CGTP-IN em Junho de 2011 e reafirmadas no 10º Congresso da USL, nomeadamente quanto à necessidade do reforço da organização a todos os níveis da estrutura, assumindo a dinamização da intervenção sindical, articulando a acção reivindicativa com o reforço da organização nos locais de trabalho – acção sindical integrada – como uma direcção de trabalho fundamental para a afirmação dos Sindicatos na zona, para o alargamento da sua capacidade de intervenção e influência para a unidade e mobilização dos trabalhadores.

Tal objectivo, passa por assumir o local de trabalho para a acção sindical e o reforço da organização de base, a sindicalização, a eleição de Delegados Sindicais e representantes para a Saúde e Segurança no Trabalho, como tarefas centrais de todo o MSU no Distrito de Lisboa e em particular na Região.

Por isso, a 6ª Conferência Sindical da Zona Oeste assume como principais objectivos na acção a desenvolver:

- O prosseguimento e a intensificação da luta contra a política de direita e de desastre, consubstanciada nas medidas que constam do memorando da troika e no programa ultra liberal deste Governo PSD/CDS, pela afirmação de alternativas, por uma política ao serviço dos trabalhadores e do País;
- A defesa do investimento na recuperação do aparelho produtivo e na dinamização da produção nacional, na indústria, na agricultura e pescas, para reduzir as importações e o endividamento, invertendo a política de declínio do sector produtivo e de crescente dependência externa do país;

- Dar combate ao aumento da exploração, das injustiças e da pobreza, por uma justa distribuição da riqueza, com o aumento dos salários (incluindo do salário mínimo nacional) e das pensões como factor determinante para a dinamização do mercado interno, impulso da economia e promoção do desenvolvimento;
- Defender a adopção de uma política e de medidas concretas destinadas à criação de mais e melhor emprego, combatendo o desemprego e a precariedade;
- Assumir a defesa dos direitos dos trabalhadores ao livre exercício da contratação colectiva, ao direito à greve, à efectivação dos direitos e à acção e organização sindical;
- Defender os horários de trabalho, combater a sua desregulamentação e exigir a sua redução;
- Combater as alterações da legislação laboral que visam a destruição dos direitos laborais alcançados pelo 25 de Abril e pela luta dos trabalhadores, a redução do subsídio de desemprego e o ataque à Segurança Social através da transferência dos descontos dos trabalhadores para os lucros do capital;
- Defender as Funções Sociais do Estado, como o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública, a Justiça e a Segurança Social. Defender os Serviços Públicos nas mais diversas áreas como a energia, o ambiente, a água ou os transportes. Combater o processo de privatizações e delapidação do património público que é pertença de todos. Continuar a defender a importância estratégica do reforço da posição do Estado nas empresas e serviços essenciais para o desenvolvimento do País.

PELO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

No Distrito de Lisboa e na Região sente-se de forma muito intensa as consequências de uma política anti-económica que tem privilegiado a esfera do grande comércio e serviços, a par da economia especulativa, em detrimento do aparelho produtivo e da modernização no sector agrícola enquanto alavancas fundamentais para o desenvolvimento da Região, apoiado na produção, transformação e distribuição dos produtos por empresas locais.

Nenhum País ou Região vive apenas de comércio e serviços, grande parte dos bens que usamos e consumimos continua a ser de produção agrícola e industrial. A grande diferença é que são crescentemente produzidos noutras partes da Europa e do Mundo.

Assim, têm encerrado e saído do nosso Distrito importantes indústrias de Metalurgia; Material Eléctrico e Electrónico; Têxteis; Cerâmica e Vidro; Artes Gráficas; Químicas e Farmacêuticas entre outras com impactos e graves consequências para o Distrito e para a Região tanto a nível económico como social.

A título de exemplo recordamos o encerramento de importantes Empresas na nossa Região como a Louricar, a DUCAR, o Aviário do Pinheiro SA, a Avibôica, a Rolo e Filhos S.A, a Cerâmica Avelar, a João Henriques Santa, o Grupo Fonecas SA, a BRESTESCAR, a Auto Torriense, a Fundação Dois Portos, entre outras.

Na Zona Oeste, entre 2008 e 2012, o desemprego duplicou e o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego passou de 5.489 para os 10.837.

São milhares de mulheres, homens e suas famílias que não conseguem retornar ao mercado de trabalho o fazem apenas pela via da precariedade, de mais baixos salários ou mesmo na clandestinidade.

São saberes, tradições e conhecimentos adquiridos ao longo dos anos desperdiçados, uma Região que não produz é uma Região que não cresce, é mais pobre, mais dependente, mais frágil, menos soberana e com menos recursos.

Para a USTV, impõem-se por termo a estas políticas e efectuar uma mudança de rumo, que garanta um efectivo desenvolvimento da Região. Assim, no próximo quadriénio, a USTV desenvolverá a sua acção e luta no sentido de exigir:

NA AGRICULTURA

- Adopção de políticas e medidas que incrementem a produção, promovam a comercialização e escoamento dos produtos agrícolas e alimentares, incluindo a exportação e o atempado pagamento aos agricultores;
- A manutenção, defesa e apoio às estruturas associativas de agricultores e produtores da Região;
- O desenvolvimento de políticas direccionadas para o apoio da agricultura familiar e quem produz;
- O aproveitamento dos recursos hídricos identificando as potencialidades naturais e a especialização de produtos regionais.

NA INDÚSTRIA

As PME's (Pequenas e Médias Empresas) têm na Região um grande peso e significado quer na produção de riqueza quer na oferta de emprego, pelo que, se considera fundamental:

- A assumpção de uma política de apoio ao desenvolvimento e modernização das PME's, sendo estas, hoje com o encerramento na Região das grandes Empresas Industriais de grande concentração operária, os principais empregadores;

- Reforçar a aposta na Formação Profissional como meio fundamental para a qualificação e valorização dos trabalhadores, tendo em conta as especificidades e procura dos diversos sectores;

- Combater eficazmente a descapitalização das empresas e as falências fraudulentas.

NO COMÉRCIO E SERVIÇOS

Este Sector, sendo o de maior crescimento, tem contudo pouca articulação com os sectores ou subsectores que potencializem as capacidades de desenvolvimento da Zona.

A USTV, considera que o crescimento deste sector deverá potenciar o desenvolvimento, em especial, dos sectores primário e secundário, por isso defende:

- A valorização da actividade comercial conjugada com a Agricultura da Região;
- Apoio ao desenvolvimento do comércio tradicional;
- Medidas legislativas que regulem a abertura e o funcionamento de unidades comerciais de dimensão relevante (grandes superfícies) de forma a salvaguardar os impactos sociais e ambientais e os direitos dos trabalhadores, tendo sempre em conta o comércio tradicional e as famílias a ele ligadas.

EMPREGO, SALÁRIOS, DIREITOS

EMPREGO

O emprego tem sido fortemente penalizado com os problemas conjunturais e estruturais do País, do Distrito e da Região. A prossecução de um modelo de desenvolvimento errado, a forte exploração da mão-de-obra e a substituição de trabalhadores mais antigos por novos trabalhadores exclusivamente com o intuito de precarizar os vínculos laborais e retirar direitos, têm graves consequências económicas e sociais:

Assim, a USTV considera fundamental:

- Uma política de desenvolvimento regional que promova o emprego, as condições de trabalho e a qualidade de vida das populações da zona Oeste;
- A implementação de medidas que visem travar o processo de desinvestimento e falência de empresas, recuperar o investimento no aparelho produtivo e a consequente manutenção e criação de postos de trabalho;

- O combate à precariedade, independentemente dos termos como ele se apresenta, seguindo o princípio de que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efectivo;
- A requalificação da mão-de-obra, através da formação contínua dos activos.

SALÁRIOS

A política de rendimentos, na qual se insere o Salário Mínimo Nacional (SMN), está refém de uma visão que coloca o problema da competitividade num pretensoso peso elevado das remunerações para as empresas.

Na situação actual a crise que vivemos tem servido de pretexto para uma implacável ofensiva contra os rendimentos do trabalho fruto de uma política que elegeu os trabalhadores e os pensionistas como as principais vítimas de uma crise de que não são responsáveis.

Tal ofensiva tem um profundo impacto social e económico.

Social, porque os salários são baixos e constituem a fonte principal de sustento da maioria das famílias.

Económico, porque é a principal determinante da dinamização da procura interna, elemento essencial para a dinamização económica do País e particularmente da Região Oeste que auferes os salários mais baixos do Distrito de Lisboa.

Neste quadro a USTV reivindica:

- A urgente e necessária valorização dos salários, tendo em conta a perda do poder de compra os salários nos últimos anos; o agravamento brutal da carga fiscal sobre o trabalho e a aproximação ao salário médio do Distrito;
- O aumento do Salário Mínimo Nacional em 1 euro por dia pelo que o novo valor deverá ser fixado em 515 euros.

DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Os Direitos, Liberdades e Garantias dos trabalhadores integram um dos capítulos mais progressistas da Constituição da República Portuguesa e constituem um dos pilares fundamentais do regime democrático saído do 25 Abril.

A segurança no emprego; a criação das Comissões de Trabalhadores; a liberdade sindical; os direitos das associações sindicais e a contratação colectiva; o direito à greve e proibição do lock-out – são princípios que, desde logo, foram considerados fundamentais pela Assembleia Constituinte para assegurar a protecção dos trabalhadores na relação com o capital.

Estes são pilares fundamentais dum país democrático. A democracia não se reforça com posições autoritárias e arrogantes, potenciadoras do medo e inibidoras da participação cívica.

A democracia aprofunda-se e revitaliza-se através da criação de condições que estimulem e incentivem a participação dos trabalhadores e das populações num clima de ampla liberdade e sem condicionamentos, seja de que tipo for.

O direito à greve e o direito de manifestação têm também eles sido também alvos de fortes pressões e tentativas de limitação por parte do patronato e do governo, muitas das vezes com o recurso à utilização das forças policiais, sempre com o objectivo de intimidar e limitar estes direitos dos trabalhadores, procurando por esta via salvaguardar os interesses do patronato e grande capital.

Ao contrário do que os sucessivos Governos e o patronato pretendem, as empresas e os locais de trabalho não podem funcionar como um espaço vedado ao exercício dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores e à margem das normas do funcionamento democrático da sociedade, pelo que a USTV propõe-se continuar a:

- Assumir o exercício da actividade sindical como elemento determinante na dinamização da luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores;
- Exigir uma maior celeridade da justiça no trabalho; a revisão das leis sobre custas judiciais e apoio judiciário com vista a viabilizar o acesso dos trabalhadores aos Tribunais;
- Reclamar uma intervenção coordenada das diversas Inspecções e uma reformulação global da ACT, compatível com os objectivos que devem nortear uma Inspecção responsável pela fiscalização das normas de trabalho.
- Utilizar o direito à greve como instrumento decisivo para a defesa e conquista dos direitos dos trabalhadores.
- Exercer o direito de manifestação, como um factor das liberdades sindicais e da própria democracia.

POLÍTICAS SOCIAIS

SAÚDE

O Serviço Nacional de Saúde público e gratuito foi uma conquista da Revolução de Abril de valor incalculável para todos os cidadãos.

Na sua acção a USTV tudo fará na defesa desta tão importante conquista, para que a mesma se mantenha no quadro do sector público enquanto obrigação do Estado Social consagrado na Constituição.

Verificamos nesta Zona um elevado défice ao nível das condições humanas, técnicas e materiais, agravadas nos últimos anos com o encerramento de diversos serviços e valências.

No plano da Zona Oeste, a USTV considera fundamental:

- A Construção de novos Centros de Saúde e a melhoria das instalações dos actuais, dotando-os de equipamentos, meios complementares de diagnóstico, pessoal técnico e administrativo necessário ao seu bom funcionamento.
- Reabertura e manutenção dos serviços de atendimento permanente nos Centros de Saúde onde foram encerrados.
- A implementação de farmácias hospitalares para o fornecimento gratuito dos medicamentos prescritos nos hospitais e Centros de Saúde;
- Fim das taxas moderadoras;
- Construção do Hospital Distrital de Torres Vedras conforme previsto no Plano Director Regional da Saúde;
- Estabilidade do emprego e das carreiras, com a integração nos quadros, dos profissionais em regime de trabalho precário ou em regime de subcontratação;
- Acções de formação, de modo a dotar os profissionais, dos conhecimentos necessários, conforme as suas áreas, para o cabal desempenho das suas funções;
- Dotar o Hospital Dr. José Maria Antunes Júnior, de todos os meios necessários, tendo em vista dar resposta às patologias infecciosas associadas à pneumologia.

EDUCAÇÃO E ENSINO

A USTV considera que para melhorar as condições de funcionamento das escolas e adoptar medidas que valorizem a Escola Pública e elevem a qualidade das respostas educativas é necessário que:

- Criação e/ou adequação do quadro de auxiliares de acção educativa em todas as escolas dos ensinos básico e secundário e nos jardins-de-infância.
- Garantir que o desenvolvimento de actividades extra-escolares e de apoio à família nas escolas do 1º ciclo e nos jardins-de-infância seja assegurado por pessoal com formação adequada,
- Alargamento da rede pública da Educação Pré-Escolar, de modo a cobrir integralmente a faixa etária a partir dos 3 anos até ao ingresso no ensino primário.
- Aumento da oferta do ensino recorrente nas escolas públicas e sua adequação em conteúdos e horários aos vários públicos alvo.

- Alteração da lógica de funcionamento do ensino profissional e o seu carácter quase exclusivamente privado, de forma a responder à necessidade de elevação da qualificação profissional dos jovens e contribuir para o desenvolvimento do país.

CULTURA

Nos últimos anos e sobretudo, nas duas últimas décadas, têm-se vindo a constatar um abaixamento cada vez maior de ofertas de bens culturais e de limitações ao seu acesso, o que resulta numa diminuição de exigência de qualidade.

A USTV considera necessário:

- Potenciar a acção do Poder Local na esfera cultural, para o apoio às estruturas do movimento associativo, o que passa por uma maior descentralização, acompanhada de recursos financeiros.
- Desenvolver estratégias de participação das populações, de cooperação e descentralização, são caminhos para um desenvolvimento cultural, onde a promoção de valores humanísticos da Liberdade e Igualdade, da Tolerância, da Solidariedade, da Democracia e da Paz são de extraordinária importância.
- A construção, recuperação e valorização de recintos culturais e desportivos, públicos e associativos, com vista à sua efectiva dinamização, nomeadamente, na área do Desporto, Teatro, Cinema, Dança, etc.
- A recuperação e valorização do Património Cultural e Tradicional das populações, e de Monumentos, sítios Históricos e Culturais, com vista à sua dinamização cultural e turística.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

As nossas prioridades imediatas nesta área terão de consistir numa forte intervenção sindical, no reforço da Organização de base e pelo reforço da nossa acção junto dos sindicalizados existentes na zona oeste em cerca de 22 sectores de actividade.

A sindicalização como elemento determinante do rejuvenescimento e reforço do movimento sindical da CGTP-IN, terá, pela sua importância de estar presente todos os dias na nossa intervenção como Dirigentes, Delegados e Activistas sindicais.

REFORÇAR A INTERVENÇÃO DA USTV

É notório e reconhecido por toda a estrutura sindical do distrito e pelas organizações que intervêm no dia a dia da vida dos Concelhos da Zona Oeste, mas particularmente pelos trabalhadores das empresas a importância e o papel

relevante desempenhado pela USTV enquanto representante da CGTP-IN na Região.

Manter e reforçar esse papel é fundamental:

- a) Assumir o papel preponderante de coordenação da intervenção sindical (no plano geral e sectorial) em conjugação com os Sindicatos, que na Zona representam trabalhadores, designadamente, no que concerne à sindicalização, reforço da organização de base e entrada em novas empresas, pólos industriais e de serviços.
- b) Assumir e exercer, em nome da USL/CGTP-IN, a representação perante as diversas Instituições de expressão local: Autarquias, Delegações dos diversos Ministérios, Plataformas, Colectividades e outras estruturas do movimento associativo.
- c) Exercendo o legítimo e insubstituível direito de parceiro social na Região em tudo o que aos trabalhadores diga respeito.
- d) Realizar Acções de Formação que possam ajudar os Dirigentes e Delegados Sindicais Locais a desenvolverem a sua actividade na posse de mais conhecimentos, dando maior segurança e confiança à sua intervenção.
- e) Apoiar a organização sindical no local de trabalho, dotando-a de meios para intervir no esclarecimento dos trabalhadores sobre os direitos consagrados, nomeadamente, nas Convenções Colectivas.

AUMENTAR A BASE SINDICAL E A SUA ORGANIZAÇÃO

Se levarmos em consideração o número de trabalhadores por conta de outrem, a dimensão dos estabelecimentos, fácil se torna verificar que há um espaço bastante grande de trabalho para ampliar a base sindical de cada sector e reforçar a sua rede de Delegados Sindicais.

É certo, que existe um conjunto de factores, objectivos e subjectivos, que sendo externos ao movimento sindical, condiciona a sua intervenção na Zona. Por isso, impõe-se que os Sindicatos, perante um novo quadro de intervenção sindical, valorizem junto dos trabalhadores na Zona o sentimento da necessidade da organização, cuja força reside na intervenção colectiva a partir do local de trabalho, seja este numa empresa ou num serviço no Sector Privado ou na Administração Pública.

Assim, considera-se como linha de trabalho:

- a) Em conjunto com os Sindicatos melhorar a sua intervenção no apoio à acção sindical nos locais de trabalho e na resposta aos problemas que a cada momento atingem os trabalhadores;
- b) O aumento da sindicalização através da definição de metas concretas em todos os locais de trabalho, com destaque para as empresas onde existem

grandes concentrações de trabalhadores, com discussão colectiva periódica dos resultados obtidos.

- c) A promoção da participação dos trabalhadores na vida sindical, assegurando a sua Unidade e a elevação da sua consciência política e social.;
- d) A eleição de novos Delegados Sindicais de acordo com os objectivos que cada sindicato tenha definido, dando especial atenção aos jovens, ao seu acompanhamento e à sua formação sindical
- e) A eleição e formação dos representantes dos trabalhadores para a Segurança, Higiene e Saúde nos locais de trabalho, responsabilizando quadros pelo seu acompanhamento e execução.

DESCENTRALIZAR A INTERVENÇÃO SINDICAL

A descentralização sindical no Distrito tem passado por diversas reformulações, no entanto, sempre esteve claro que a descentralização foi e continua a ser uma aposta de futuro, que importa ganhar.

Ganhar este desafio, passa claramente, por descentralizar a actividade e a intervenção dos Sindicatos para os locais de trabalho e, para os locais e zonas com maiores potencialidades de sindicalização.

Assegurar a actividade descentralizada com meios necessários e adequados a uma resposta rápida e qualificada aos problemas dos trabalhadores.

O tempo tem demonstrado a significativa importância da Delegação Conjunta, do Pré-Contencioso de Torres Vedras, coordenados e geridos pela USTV.

Os resultados são positivos e por todos reconhecidos.

Continuamos porém com algumas debilidades ao nível da intervenção, pois com a redução de quadros sindicais (nomeadamente a tempo inteiro) aumentou o défice sindical no plano sectorial, com reflexos naturais na resolução e acompanhamento dos problemas, na acção reivindicativa, na sindicalização e na eleição de Delegados Sindicais.

Assim:

Os Sindicatos que representam trabalhadores na Zona devem potenciar o trabalho sindical a partir desta União, coordenando a acção, específica ou mais geral, através do funcionamento regular do Secretariado da USTV, responsabilizando Dirigentes e Delegados Sindicais locais pelo seu acompanhamento e concretização.

Enquadrar a intervenção regular dos Sindicatos na intervenção da USTV, conjugando e coordenando acções dirigidas de forma específica às empresas e locais de trabalho da Zona (sejam elas de carácter organizativo ou de carácter reivindicativo).

Tendo nós assumido o compromisso de que os sindicatos devem estar cada vez mais junto dos trabalhadores e dos locais de trabalho, devemos então ajudar alguns sindicatos a concretizar esta importante frente de trabalho.

A USTV tem todas as condições necessárias para ajudar na concretização deste trabalho, necessitam de ser rentabilizadas e aproveitadas pelos sindicatos e dirigentes responsáveis pelo acompanhamento da zona.

Neste sentido de reforço é preciso combater rotinas e sensibilizar consciências de modo a aumentar a partir desta USTV, toda a nossa capacidade de intervenção.

INTERJOVEM

O Rejuvenescimento do M.S.U passa por um maior e melhor trabalho sindical junto dos jovens. As políticas sociais actualmente desenvolvidas pelo Governo levam à criação de alguns sentimentos propícios ao individualismo e à dificuldade de se ganhar os jovens para a actividade sindical.

Os jovens trabalhadores estão a ser os mais afectados pelas políticas de direita que vêm a ser desenvolvidas. São os que têm os ordenados mais baixos, são os mais discriminados em direitos, os mais afectados pela precariedade e desemprego.

A USTV tem por isso, com muito esclarecimento, contacto e organização, conseguir ganhar os jovens desta região para a defesa dos seus direitos e justas aspirações a uma vida digna.

Nesse sentido, propomo-nos:

- a) Dinamizar e mobilizar os jovens da Região Oeste com vista à sua participação nas jornadas de luta do MSU em geral, e em especial em torno do Dia Nacional da Juventude.
- b) Eleger jovens para as estruturas sindicais e consequente atribuição de responsabilidades de acordo com as possibilidades e realidades de cada sindicato.
- c) Promover acções de formação especialmente dirigidas aos jovens dirigentes, delegados e activistas sindicais
- d) A trabalhar junto dos sindicatos com vista à formação de uma comissão de jovens trabalhadores nesta USTV

INTER-REFORMADOS

Com uma população em geral, e na Zona Oeste em particular cada vez mais envelhecida, com os Trabalhadores a serem empurrados para situações de reforma ou pré-reforma cada vez mais cedo, o trabalho junto dos Trabalhadores Reformados assume cada vez mais importância e relevância.

Os Reformados, Pensionistas e Idosos contribuíram ao longo da sua vida, com o seu árduo trabalho para a construção e desenvolvimento do País e da região têm por isso direito a uma vida digna em que o Governo respeite os seus direitos sociais.

O M.S.U não pode esquecer o esforço dado pelos Reformados, enquanto trabalhadores no activo, para o trabalho e luta sindical acumulando experiências e saberes que importa preservar.

Os Sindicatos assumiram desenvolver esforços na criação de Comissões de Reformados, como forma de dinamizar esta Estrutura Sindical.

A eleição da Comissão Sindical de Reformados da USTV/CGTP-IN foi um passo importante para a organização dos Trabalhadores da região que passam à situação de Reforma.

A Comissão de Reformados da USTV /CGTP-IN vai continuar a contar com o apoio da USTV e o empenhamento dos Sindicatos do Distrito para promover Comissões Locais de Reformados nos Concelhos abrangidos pela USTV.

Assim, a USTV vai reforçar o trabalho junto dos Reformados da Zona Oeste, no seguinte sentido:

- a) Envolvência e participação dos reformados nas iniciativas e lutas gerais do M.S.U.
- b) Fazer o acompanhamento político-sindical, dinamizar formas de luta em defesa dos seus objectivos, que passam por melhores condições de vida dos reformados.
- c) Sempre que se justifique, elaborar documentos de denúncia e de protesto, como forma de esclarecer e mobilizar os reformados para participarem em acções político-sindicais.
- d) Manter uma estreita ligação à INTER-REFORMADOS/LISBOA.

Assim, todos juntos reivindicaremos por:

- a) Actualização extraordinária das Pensões de forma a compensar o aumento do custo de vida e a repor o poder de compra perdido nos últimos anos.
- b) Melhoria dos cuidados de saúde para os idosos.
- c) Aumento do número de medicamentos com comparticipação estatal, nomeadamente a 100% nos medicamentos para doenças crónicas e ainda a garantia de acesso a tratamentos específicos.
- d) Políticas que reduzam o isolamento, que diminuam a dependência e estimulem a mobilidade.

- e) Políticas de forma a apostar na valorização da participação social e política desta camada social e de apoio às suas iniciativas, propostas e organizações representativas